

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem.
Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO
DIGITAL) 364 p.

Daiane Maciel*

Com título autoexplicativo, o livro “Como as democracias morrem” é uma análise da decadência do regime democrático em diversos países, durante diferentes períodos históricos, resultando na construção de um modelo fechado de identificação de governos autocráticos que auxilia os autores no diagnóstico do governo Trump como ameaça à democracia americana.

Professores de Ciência Política na Universidade Harvard, os autores Steven Levitsky¹ e Daniel Ziblatt² são autoridades no assunto democracia e já escreveram outros livros sobre o tema como “*Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*” (LEVITSKY. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006), em tradução literal Instituições Informais e Democracia: Lições da América Latina e “*Conservative Parties and the Birth of Democracy*” (ZIBLATT. Cambridge: Cambridge University Press, 2017), em tradução literal Partidos Conservadores e o Nascimento da Democracia.

Sendo ambos autores americanos, é perceptível que o livro foca no atual momento político dos EUA e que as alusões a governos autoritários de outros países são meros exemplos para embasar a sua tese. O objetivo dos autores é, portanto, levar o leitor a identificar as atitudes do atual presidente dos EUA, Donald Trump, que podem ser qualificadas como autocráticas e entender como um governante que contraria as características da democracia pode ser escolhido por voto (mesmo que nas primárias) em um país onde tal sistema parece bem consolidado.

*Graduanda em Jornalismo pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Email: daiane.macial@aluno.ufop.edu.br

¹ Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/levitsky/home>>. Acessado em 8 de junho de 2019, às 10h.

² Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/dziblatt/home>>. Acessado em 8 de junho de 2019, às 10h.

Donald Trump, que antes de ser tornar presidente era conhecido por ser um magnata e uma personalidade televisiva, foi eleito em 2016 como representante do Partido Republicano. Trump é constantemente acusado de expressar opiniões de cunho sexistas e xenofóbicas e de defender movimentos supremacistas, características que o colocam no discurso popular e midático como uma possível ameaça aos interesses democráticos.

Tendo em vista o objetivo dos autores, é possível para o leitor, ignorando as divisões de capítulos existentes, dividir o conteúdo do livro em duas partes: 1) A formação de teorias que destinam-se a entender a “morte” das democracias com análises de casos globais; 2) A aplicação de tais teorias no contexto político americano que se iniciou com a posse de Donald Trump em 2016.

Na primeira parte os autores se preocupam em esclarecer que a ascensão de figuras fascistas pode acontecer no interior de sistemas democráticos e que, não raras as ocasiões, a tomada de poder se dá por voto popular. Suas ilustrações recorrem a Mussolini, Hitler, Alberto Fujimori e Hugo Chávez, personalidades tratadas no livro como *outsiders*, ou seja, pessoas que inicialmente não tem ligações com a política. Ou, usando outro conceito da Ciência Política, pessoa que não pertence ao *establishment*.

É um fato observável na literatura sobre o totalitarismo que a política de massas é uma das precondições necessárias para a instauração do fascismo (PAXTON, 2007, p. 79). Para Hannah Arendt, as massas são formadas por um grupo de pessoas que não podem se unir politicamente em torno de um objetivo comum. O triunfo dos governos antidemocráticos clássicos entre as massas teria sido um indicativo de que o total de pessoas que não participavam ou não se interessavam pelas decisões políticas era enorme (ARENDT, 2013, p. 280), sendo significativo para que autocratas se estabelecessem, ironicamente representando grupos que estavam sendo politicamente ignorados dentro do sistema democrático.

Esta ideia corresponde ao apresentado por Levitsky e Ziblatt de que os *outsiders* podem representar para o povo uma novidade e forjar o sentimento de uma política acessível. Isso faz com que *insiders*, aqueles já integrados na política, tentem usar a imagem popular dos *outsiders* com a falsa percepção de que poderão controlá-los. Por isso, os autores chamam os partidos

políticos de “guardiões da democracia”, sendo os responsáveis por filtrar a entrada de outsiders na disputa política. Além disso, os autores enfatizam a importância de que os partidos que compartilham a mesma posição ideológica que a ameaça em potencial formem alianças com partidos de posições ideológicas diferentes, mas que respeitam o jogo político. O combate ao fascismo é citado como mais importante do que a reafirmação das opiniões políticas.

O segundo capítulo, “Guardiões da América”, destina-se a demonstrar como os EUA conseguiu por diversas vezes barrar a entrada de outsiders fascistas em seu sistema político. Para isso, foram utilizados processos e instituições totalmente dependentes dos partidos políticos, como as salas enfumaçadas, o Colégio Eleitoral e a Convenção Congressional. Em “Subvertendo a Democracia”, quarto capítulo, os autores prosseguem com a análise de padrões comuns encerrados em governos autocráticos: o início democrático; a polarização — às vezes propositalmente construída — que gera medo; a substituição das instituições reguladoras do governo e o descarte de “jogadores” importantes no jogo político, incluindo artistas e intelectuais. Tudo isso acontece sob o que os autores definem “um verniz de legalidade” (p. 92).

A ideia de usar a própria democracia para destruí-la não é nova. Hannah Arendt, em “Origens do Totalitarismo”, diz que “tem sido frequentemente apontado que os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las” (ARENDT, 2013, p. 281). Já Norberto Bobbio, em “O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo”, declara que “nada ameaça mais a democracia do que o excesso de democracia” (BOBBIO, 1992, p. 26). Assim, conclui-se que o ponto de partida para a desconstrução da democracia é o ideal democrático de reconhecer direitos sob o máximo de perspectivas possíveis.

Levitsky e Ziblatt questionam qual o fator de manutenção da democracia, em um contexto em que os outsiders já passaram pela primeira fase, o filtro dos guardiões. Os autores negam que a Constituição seja, por si só, esse fator, pois é suscetível a diferentes leituras. A solução, para eles, aparece em um grau subjetivo: regras informais, ou seja, que não se encontram na Constituição, mas que são socialmente aceitas e seguidas. Os autores destacam a tolerância mútua, que é a capacidade de reconhecer a constitucionalidade do oponente, e a reserva institucional, que implica o autocontrole ao utilizar toda a extensão legal permitida pelas possíveis leituras da Constituição, como as normas mais importantes.

Até esse ponto, os autores constroem a contextualização do tipo de governador demagogo que se correlaciona com o atual presidente dos EUA. Os exemplos, porém, aparecem em demasia e com uma exagerada riqueza de detalhes, citando horários específicos de acontecimentos, que

para um leitor imaginativo podem construir uma ilustração quista, mas que não são necessários para o entendimento do fato narrado. Os exemplos de governos não democráticos também se tornam repetitivos, claramente objetivando atentar para a singularidade das ações tomadas por demagogos em prol de alcançar e manter o poder, mas, em determinados momentos, a insistência em recorrer a várias situações para explicar a teoria causam enfado e sugerem a subestimação da capacidade do leitor de compreender rapidamente.

Os autores também recorrem apenas a ilustrações que se encaixam nos acontecimentos do governo Trump (a crítica é clara) induzindo três pensamentos: 1) Donald Trump se adequa, indiscutivelmente, a todas as categorias de ações que matam as democracias; ou 2) Os autores analisaram na história, apenas casos que poderiam aplicar ao atual presidente estadunidense, o que indica que muitas outras etapas que concernem o período de morte de uma democracia foram ignoradas em prol do objetivo final do livro; ou 3) As características dos governos fascistas foram selecionadas para se adequarem a Trump.

A partir do capítulo seis, “As regras não escritas da política norte-americana”, o foco é a história da democracia americana, a presença e ausência das regras não escritas em seu jogo político. A importância desse segmento está presente no seu desfecho, em que os autores explicam essas regras na política americana contemporânea. Deve-se salientar que, segundo os autores, “as normas democráticas dos Estados Unidos, portanto, nasceram num contexto de exclusão” (p. 162). Considerando que o atual modelo político americano é bipartidário, tal contexto de exclusão se insere na formação de seus dois partidos, Republicano e Democrata:

Ao longo dos últimos 25 anos, democratas e republicanos se tornaram muito mais do que apenas dois partidos competidores, separados em campos liberal e conservador. Seus eleitores encontram-se hoje profundamente divididos por raça, religião, geografia e mesmo “modo de vida” (p. 187).

Em vista disso, a aplicação do sistema bipartidário nesse contexto, que engloba condições pessoais e culturais, normalmente sujeitas a situações históricas de disputas e guerras, implica em um dos fatores citados anteriormente como padrão de deterioração de democracias: a

polarização que gera o medo do adversário e, consequentemente, o desdém pelo adversário como figura que goza dos mesmos direitos políticos dos membros do próprio grupo.

Os autores apontam o governo de Obama, primeiro afro-americano a ocupar o cargo de presidente dos EUA, como o início do declínio da democracia americana. Nesse cenário, os autores foram imparciais indicando que o desprezo pelas regras informais foi mútuo, porém pendendo para o medo republicano, a partir do “status quo racial”, de perder a sua posição privilegiada diante da emancipação de minorias étnicas, que na concepção dos republicanos é engendrado pelos democratas. O desfecho é o vigente mandato presidencial estadunidense.

E então, analisando o primeiro ano de Trump no poder, os autores concluem que suas ações correspondem a todas as características observadas por eles na derrocada de outras democracias. Os exemplos, como sempre em abundância, não provocam ambiguidade: o leitor chega, sem dúvidas, à conclusão de que o quadro político estadunidense é de autoritarismo. Quando comparado ao primeiro ano de governos tirânicos, por sua vez, os autores inferem que é um panorama difuso e que só a resposta dos próprios republicanos como freio às ações do líder podem definir este prospecto.

Em uma perspectiva do fascismo clássico apresentada por Robert O. Paxton, porém, o presidente não representa substancialmente qualidades antidemocráticas. Os partidos de direita radical modernos que alcançaram legitimamente o poder e foram bem-sucedidos, tomando a Europa como exemplo, não apresentam em sua ideologia o ataque à liberdade de mercado, ao individualismo econômico, às constituições democráticas e ao estado de direito (PAXTON, 2007, p. 304-305).

Entretanto, é importante salientar que Paxton também determina o fascismo como o resultado da derrocada da democracia, ou seja, para ele, apenas as atitudes totalitárias não conferem fascismo se na nação em questão nunca tiver existido ao menos um esboço de um governo representativo (2007, p. 312). Então, se, por um lado, apenas o modo de agir do presidente não configura um caso de fascismo, por outro, o fato dos Estados Unidos ter uma democracia bem consolidada configura o país como um campo suscetível ao antidemocracismo. Por isso, o uso da palavra “fascista” deve ter um cuidado especial.

O último capítulo do livro de Levitsky e Ziblatt, “Salvando a Democracia”, é um exercício de predição e dedução. É, também, um reforço da importância das duas normas não escritas na Constituição e uma visão geral de como as democracias parecem frágeis em todo o mundo.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem.
Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL) 364
p. *Resenha*.

VOLTANDO AOS ESTADOS UNIDOS, nós vemos três futuros possíveis para uma América pós-Trump. O primeiro, e mais otimista, é uma rápida recuperação democrática. Nesse cenário, Trump fracassa politicamente: ou perde apoio público e não é reeleito ou, mais dramaticamente, sofre impeachment ou é forçado a renunciar. (p. 228)

Os objetivos dos autores foram bem sucedidos. A preocupação com o estado da democracia americana se torna objeto de deferência a quem lê o livro. Porém, o foco no governo Trump desmerece o título do livro e leva à questão da presença ou não da parcialidade dos autores na seleção das fontes históricas de modo que defendessem a sua tese. Talvez, seja preciso um conteúdo menos contextualizado e mais geral para que o reconhecimento de certa autocracias atuais seja possível por parte dos cidadãos que as vivem.

Não obstante, é uma leitura recomendada para aumentar a vigilância política e despertar uma nova interpretação de situações que podem parecer democráticas a primeira vista ou da participação pessoal de cada um como fomentador do processo de declínio democrático, como, por exemplo, a tendência a apoiar governantes autoritários apenas por compartilharem da mesma posição no espectro político.

“Como as democracias morrem” é uma obra pertinente que, entretanto, ao escolher um título tão abrangente, se propõe a mais do que é capaz de oferecer. A promessa do livro é uma resposta para o que faz governos autoritários se estabelecerem, em teorias que poderiam ser aplicadas por qualquer cidadão preocupado com a saúde da democracia em sua própria nação, mas o que é dado é um manual de vigilância de Donald Trump que, ainda que realmente pratique algumas ações anti-democráticas, não merece um destaque maior do que qualquer outro político autoritário em ascensão no resto do mundo. Além disso, a própria insistência em qualificar Trump como um perigo entra em conflito com o conceito de medo do oponente explicado pelos autores.

Contudo, é importante que se diga que se trata de um livro inacabado, que não seria publicado nem se quer concluído de fato durante vida. E, após a morte de Marcel Mauss, apenas fragmentos seriam colocados à disposição do público. Muito desta condição se deve a interrupção constante da escrita por uma congestão pulmonar, por seu engajamento político e pela sua dedicação a outros trabalhos.

A respeito da organização da obra, *A nação* primeiramente tem análises escritas por Jean Terrier e Marcel Fournier: “A nação: uma expedição no campo normativo” (p.10) e “Notas sobre o estabelecimento do texto” (p.38). Já ao final, um anexo escrito por Florence Weber denominado “Para além da grande partilha” (p.341).

No que diz respeito a obra exclusivamente de Mauss constituem as partes: “A nação, ou o sentido do social” (p.46), “Da nação como gênero de sociedade” (p.56), “As relações internacionais, ou Do internacionalismo” (p.94) e “Das nacionalizações, ou Do socialismo” (p.182).

O ponto inicial destes escritos parte da caracterização uma sociedade que merece ser reconhecida como uma nação. Para isso, o autor se dedica inicialmente a encontrar as preposições que justifiquem tal classificação, relacionando as mudanças sociais que levam a uma organização política e social estável, integrada e relacionada a um poder central.

A estabilidade e integridade aparecem neste sentido como questões centrais para Mauss. Ao ponto de julgar que, no absolutismo francês ou inglês, ou mesmo na era dos Czares russos, a instabilidade criada através da separação entre soberano e cidadão caracteriza Estados que não mereciam ser chamados de nação. Apenas poderia ter tal denominação “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e a suas leis” (p.70).

Em uma segunda questão chave para definição de uma nação, estaria na unidade econômica como uma necessidade material. Nesta condição, seria imprescindível o desenvolvimento de um direito público central nas nações modernas, e resultado do estado econômico da sociedade.

Para tanto, Marcel Mauss classifica a vida econômica de uma sociedade em três fases: a (1) economia fechada que remete aos clãs e famílias, e a produção de subsistência; a (2) economia urbana que se relaciona a multiplicação das cidades e a invenção da moeda, e finalmente a (3) economia nacional que constitui sistemas de troca interurbanos e rurais, que alterariam as necessidades e os recursos dos povos com “volume e densidade cada vez maiores” (p. 77).

Mauss deixa claro que o aumento da força e da riqueza das nações resultou não em uma uniformização das civilizações, mas sim em uma profunda individualização da nação e das

nacionalidades. Assim, florescem as diferenciações entre Estados, da história, das artes, da política, do direito e dos interesses, criando civilizações vastas e particulares. Para o autor, conflitos econômicos nacionais, as rivalidades diplomáticas e militares por sua vez, só vieram a acirrar os esforços por independências e singularizações.

Igualmente como a noção de cidadão, que simbolizaria a totalidade dos direitos de um membro desta nação singular e a noção de pátria, refletindo a totalidade de deveres que tem o cidadão com a nação e seu território.

A questão da língua também é algo de extrema relevância. A coexistência entre língua e nacionalidade resulta na “[...] reivindicação ainda surda, mas que sempre esteve latente, da nação aos que falam sua língua” (p.86). Assim, “[...] os critérios linguísticos serviram de argumento, a quantidade de vocábulos de léxico ou da onomástica geográfica passível de indicar tal ou qual coisa em termos de origem foram objeto de discussão” (p.86).

Também se nota a abordagem a respeito do internacionalismo ou multilateralismo, que ocupa um lugar arquetipo dentro da obra de Marcel Mauss. Em sua análise, a formação de grupos cada vez maiores “[...] é uma das leis mais bem constatadas da história” (p. 97). Onde a nação é o resultado de trocas e empréstimos, sejam de costumes ou de técnicas, econômicas, linguísticas ou jurídicas, “mergulhadas em um banho de civilização” (p. 100).

Também há um espaço dedicado a análise dos pontos de colisão, contato e reciprocidade, que dariam origem as relações internacionais. Uma delas é a dependência econômica entre nações e “[...] de certo tom do mercado mundial, particularmente o dos metais preciosos, padrão de valores” (p. 103). Padrões estes, igualmente relacionados às técnicas, estéticas, religiões, fatos jurídicos e fatos linguísticos segundo Mauss.

Neste quadro os fatos linguísticos tomam ainda mais importância, sobretudo, por serem marcas de oposição entre uma nação e outra. É por meio da língua e por causa de suas línguas, que uma sociedade aparenta ser impenetrável a outra. Da mesma forma que linguagens especiais como o Latim ou o Grego extrapolam a partir das sociedades e nas sociedades, tanto a partir de técnicas, quanto de religiões e das artes.

Por este caminho, “a retórica, a lógica grega, a dialética e a sofística ainda são a base de nossa mentalidade” (p. 115), bem como, o desenvolvimento da economia e do direito veio “acompanhado por uma linguagem específica e idêntica em todo canto” (p.116).

Outra questão é a dimensão morfológica. Marcel Mauss chama assim, estradas, meios de comunicação e grupos intersociais, guerra e paz, subordinação e colonização. É importante destacar que as estradas e os meios de comunicação tornaram as trocas possíveis e necessárias para todas as sociedades, produzindo uma “vascularização de circulação intensa e forte” (p.125). À medida que a intensidade e a instantaneidade das informações aumentaram, tornou-se mais palpável a interdependência entre nações.

A obra deixa clara a influência das questões sobre guerra e paz. Segundo Mauss, a guerra pode ser tão antiga quanto a humanidade, mas todo o progresso da humanidade “consistiu não em uma redução do custo das guerras, mas em certa redução de sua frequência [...]” (p. 121). Para o autor, a necessidade de paz é tão antiga quanto as tendências bélicas.

A obra se propõe a idealizar uma sociedade plena e uma nação em estado de paz. Este estado de paz só se compreende nas nações senhoras dos seus destinos econômicos e capazes de préstimos recíprocos acima dos particulares. Por este caminho, é apontado o socialismo como um dos processos inerentes a este desenvolvimento, que seria para o autor, “algo mais amplo que os sistemas socialistas; é um movimento social moderno [...]” (p. 190), sendo “um conjunto de ideias, forças, grupos que tendem a regular, pela nação, a vida econômica como um todo” (p. 191).

Ao final, levando em consideração os limites de uma obra inacabada, nos parece que *A nação* além de atentar para uma reflexão dinâmica sobre a construção das nações e dos internacionalismos, é um documento notável para uma compreensão de seu autor Marcel Mauss, e de sua época. Mas é sobretudo um tema de análise extremamente contemporâneo, principalmente quando pensamos no ressurgimento de grupos políticos nacionalistas de extrema direita, que tem em seu discurso o resgate de uma suposta nação originária.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** - Trad. Roberto Raposo - São Paulo: Companhia de Bolso, 2013 (LIVRO DIGITAL).

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo)**. Trad. Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do Fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres - São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem.
Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL) 364
p. *Resenha*.

Recebido em 16/08/2019

Aprovado em 24/11/2019